

## A TEMPORALIDADE NOS MUSEUS: A POTENCIALIDADE DO MUSEU DO AMANHÃ/RJ

LUISA DA FONSECA TAVARES

Mestranda do curso História Social da Cultura – PUC-Rio

lufotavares89@gmail.com

### **Resumo:**

Considerando o aparecimento dos museus na mídia brasileira recentemente, esse trabalho versa sobre a relação dessas instituições culturais com a sociedade e a temporalidade, a partir principalmente de Hartog e Koselleck. Inicialmente desenvolve esses espaços e o papel social desempenhado. Em seguida, apresenta os regimes de historicidade e a linguagem como chaves de leitura para a compreensão e constituição do processo de patrimonialização. Assim, insere-se nas discussões do presentismo e aceleração do tempo sentidos intensamente pelo século vigente. Por fim, explora a existência do Museu do Amanhã na cidade do Rio de Janeiro pela lógica de ordenamento das dimensões passado, presente e futuro, no entendimento de um reflexo das políticas de tempo atuais.

**Palavras-chave:** museu; temporalidade; patrimônio; presente

### **Introdução: o interesse pelos museus**

“O museu não é secundário à história ‘real’, e nem é meramente um reflexão e registro do que ‘realmente’ aconteceu além de suas paredes conforme as leis autônomas do desenvolvimento histórico. O contrário é verdade: “a realidade”, propriamente dita, é secundária com relação ao museu – o ‘real’ somente pode ser definido em comparação com a coleção do museu. Isso significa que qualquer mudança na coleção do museu provoca uma mudança em nossa percepção da realidade como tal.” (Boris Groys)

Em 2017 museus e exposição de artes de diferentes lugares do Brasil sofreram ataques de conservadores e censuras devido ao conteúdo exibido num contexto de efervescência política, gerando revolta por parte da classe artística e intelectual do país. A citação de Groys (2015) transparece um espaço potente para questionamentos e discussões, mas que segue sendo negligenciado pelas políticas públicas e deslegitimado por grupos radicais, o que não deixa de ser um retrato de ilusão e realidade dos problemas da nossa sociedade contemporânea.

Iniciado pelo grupo MBL – Movimento Brasil Livre – e disseminado pelas redes sociais, críticas e acusações de apologia à pedofilia e zoofilia foram direcionadas a exposição "Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira", em cartaz no Santander Cultural, em Porto Alegre. Por meio de obras de artes consagradas e trabalhos de novos artistas visava-se as questões LGBT e combate ao preconceito. Após muito protesto e ataque, a exposição é cancelada, tornando-se um estopim.

Logo depois, após uma denúncia de deputados estaduais, o quadro “Pedofilia”, da artista Ropre, foi levado do Marco (Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul) pela Polícia Civil. A acusação alega apologia ao crime que nomeia a obra. Segundo a artista a intenção era justamente a denuncia e debate da prática efetiva de atos sexuais com crianças. Diante das manifestações o museu alterou a classificação indicativa da exposição elevando de 12 para 18 anos. Devido a mudança outras obras que também constavam no boletim, consideradas pelos denunciadores como ofensivas, impróprias, e contra a moral e os bons costumes, não foram apreendidas.

Em seguida, agora em São Paulo, um vídeo performático de um artista nu no Museu de Arte Moderna (MAM) circulou pelas redes sociais. Nesse caso, mostra uma criança tocando no pé do homem. A performance foi intitulada de “La Bête” em referência a um trabalho de Lygia Clark, “Bichos”, considerada a obra viva da artista, pois sua intenção era de que a arte ultrapassasse os limites da superfície de um quadro. Polêmicas são geradas e o MBL e outros movimentos de direita falam em crime de pedofilia. Em resposta, o museu enfatizou a existência de sinalização sobre a nudez na

sala e a presença da mãe acompanhando a criança. A atuação já tinha na programação ser única.

Diante dos casos indaga-se se realmente os museus podem se tornar instrumentos perigosos para a sociedade, já que raramente são objetos de interesse da mídia. Segundo alguns grupos sim, ao sediar ameaças a moral e os bons costumes, e incitar crimes. Variados significados podem ser encontrados, mas destaco a descrição presente no glossário da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) criado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): a função dos museus é: “atuar como espaços de discussão, interação, pesquisa e conhecimento, levando em consideração a produção simbólica e a diversidade cultural, garantindo, ainda, a participação efetiva da sociedade nos processos museais”<sup>1</sup>. De modo geral, são visto como espaço de memória, cultura, arte, história e educação, pontos fundamentais para o desenvolvimento social.

Gradativamente os museus vêm se consolidando no campo educacional, principalmente após aderirem a necessidade do enfrentamento da alteridade. Novas concepções de museus estão surgindo (ecomuseu, museu de território, museu comunitário, museu itinerante, museu virtual) e movimentando os debates na recente museologia social. As mudanças refletem as demandas e críticas dos movimentos sociais das minorias menosprezadas por essas instituições. O que vem se intensificando nos últimos anos, é o sobressalto desses grupos culturais e sociais, até então chamados de “outros”, que passam a terem suas vozes escutadas. A renovação está alinhada ao respeito à diversidade cultural, à defesa do patrimônio cultural dos povos e à integração com as realidades locais. As transformações tornam o espaço cultural mais democrático e agregador, características ausentes quando da sua criação.

### **As demandas e o papel social dos museus**

Inicialmente, nos séculos XVI e XVII europeus, tínhamos os gabinetes de curiosidades compostos de peças e objetos de colecionadores. Eram coleções privadas

---

<sup>1</sup> Glossário. Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Disponível em: <<http://pnem.museus.gov.br/>>. Acessado: 13 de jan. 2018

de homens preocupados com a memória, dada a sua fragilidade biológica, e com a compreensão do mundo. Com o tempo adquirem o caráter de poderio e prestígio social, permanecendo a perspectiva enciclopedista de detenção, controle e poder sobre o conhecimento. A visitação em alguns casos necessitava de uma carta de apresentação, explica Possas (2013, p.162), outros eram totalmente secretos. A partir desse quesito podemos compreender os gabinetes como “expressão da cultura do colecionador, do poder e da glória do conhecimento” compartilhado com poucos.

Com a inserção da ordenação e classificação nos gabinetes de curiosidade temos a formação de coleções mais específicas. O colecionismo demonstra a necessidade de saber mais, conseqüentemente as pesquisas aumentam, logo precisam de espaço maior e mais adequado. Daí nascem os museus como centros de investigação e intimamente ligado ao desenvolvimento e divulgação da ciência, nos séculos XVIII e XIX. Embora tardiamente, mas influenciado pelas ideias europeias, no Brasil cria-se o Museu Nacional do Rio de Janeiro – 1818, o Museu Paraense Emílio Goeldi – 1866 e o Museu Paulista – 1895, o que de acordo com Passos (2013), utilizando dados de visitação expressivos da época, revelam que desempenharam relevante função no cenário.

Enquanto instituições constituídas por homens os museus exercem influência e ao longo de sua trajetória é possível traçar paralelos com a conjuntura política e os colaboradores do governo interessados na criação desses espaços. Ou seja, historicamente os museus brasileiros foram utilizados para o estabelecimento de políticas culturais e propagação de ideologias. Segundo Santos (1996, p.22),

O Estado brasileiro tem sido, ao longo dos anos, o principal mentor e ‘feitor’ das instituições museais, o que, naturalmente, nos leva a analisá-las através do conjunto de princípios filosóficos, políticos e doutrinários que têm orientado a política oficial do governo.

Sendo uma das funções do museu guardar e preservar o patrimônio cultural, o conjunto de bens culturais expostos nos possibilita questionar a despeito da constituição de uma memória e da preservação de um passado. Portanto, estão atrelados a uma função política e a construção de narrativas a partir de seus acervos, sinaliza Santos (2009, p. 115). Os objetos que adotam, as exposições que escolhem e o modo como

dispõem seus conteúdos nos indiciam que história essas instituições se propõem a contar e divulgar.

As primeiras instituições museais históricas brasileiras, citadas anteriormente, datadas do século XIX estiveram articuladas com tendências da filosofia iluminista, preocupadas com a questão nacional e exposição de objetos de expressão de fatos da história da nação a fim de fixar o passado. Comprovar, lembrar e celebrar eram as principais ações. Os discursos expositivos seguiam a lógica linear de passado, presente e futuro, tornando os museus verdadeiros lócus de ensino de história, salientou Machado (2013).

No século seguinte temos a valorização dos grandes feitos e heróis com o uso de objetos de culto e veneração. O ideário era tornar o passado único e homogêneo para todas as classes sociais, de modo a existir um referencial comum que congregasse as dimensões temporais e caminhasse em direção ao progresso da nação. Como descreveu Santos (1996), os museus eram considerados pelos “intelectuais do patrimônio” como suportes capazes de evocar a ideia de nação unificadora. Logo, ordenar os fatos da história brasileira, consolidar os mitos de criação, divulgar um passado recriado eram as bases necessárias para a integração dos homens, do que passou e do que está por vir, buscando uma tradição nacional e forjando um sentimento cívico. Machado (2013, p. 148) afirma que “a visão sobre os museus históricos é formulada pela elite e norteada por uma perspectiva tradicionalista e patriótica que se propunha a especificar e qualificar a memória nacional”. Assim, buscou-se apagar as falhas, crises e conflitos da história do Brasil reforçando a noção de cidadania em prol da construção de uma memória e de uma identidade nacional visando a legitimação do Estado.

Durante a Era Vargas no Estado Novo temos o patrimônio como instrumento de conformação ideológica, explica Machado (2013, p. 151). De maneira semelhante, ao longo da Ditadura militar, também os museus são utilizados para a disseminação de discussões oficiais e fixação do ideal do regime militar. Essa concepção de museu está de acordo com uma historiografia positivista, que produzia a história oficial. Pensando em contar uma história verdadeira, expõem objetos daqueles grupos dominados ou derrotados, na lógica dos vencedores.

Portanto, os museus carregam e propagam um discurso museográfico atrelado a um projeto de sociedade nem sempre explícitos e fácil de compreensão. O conceito implícito sempre estará presente como princípio organizativo, salienta Meneses (2013). Assim como aprendemos a ler as letras, é preciso aprender a ler imagens, objetos e os espaços culturais. Segundo Almeida e Vasconcellos (2004, p.107) “no caso de um museu histórico, uma de suas principais funções seja a de contribuir para o entendimento, de sua construção e de sua representação no momento presente”. Um estudo que tem como objeto os museus não pode perder o foco da sua relação estabelecida com a sociedade. No presente de cada período histórico são produzidas e reproduzidas a categoria museu em resposta as demandas de cada tempo e suas necessidades.

### **A temporalidade e os museus de História**

Se a referência ao tempo é um dos eixos fundamentais para entender o museu e suas relações com a sociedade em que está inserido, no momento atual, mais do que em qualquer outro período, tal referência não pode ser negligenciada. A questão da temporalidade – ou seja, das complexas tramas tecidas entre presente, passado e futuro ao redor das questões patrimoniais e memoriais – está no centro das discussões historiográficas recentes. (BREFE, 2007, p.31)

A citação de Brefe no começo dessa parte apresenta a questão central desse trabalho: a relação da temporalidade, sociedade e os museus. Este último constitui-se como um dos principais locais de preservação, pesquisa e salvaguarda dos patrimônios. Os bens patrimoniais ali expostos estabelecem um elo entre passado e presente contribuindo no entendimento dos museus como espaço discursivo de história e memória onde é possível ocorrer a revisitação do passado. De acordo com Meneses (2013) nessas instituições a dimensão temporal é sempre operada, diferente da espacial, que é facultativa. Apoiado em Ricouer e o conceito de narrativa enquanto uma das formas de constituição e ordenação da realidade, sendo constitutiva desta, entendo junto a Meneses (2013) que os museus organizam o tempo dentro de suas estruturas físicas a partir de categorias analíticas de segmentação, representação e classificação.

Sendo assim, temos o tempo com um papel central na estruturação do pensamento para o entendimento dos acontecimentos e processos do nosso presente, como exemplo o aumento dos processos de tombamento de bens culturais e edificações museais. No Rio de Janeiro na Praça Mauá, foi inaugurado o Museu de Arte do Rio em 2013, e em 2015, também na mesma praça, ocorreu a abertura do Museu do Amanhã. Contudo, estamos nos referindo a um Estado que, enquanto capital federal, concentrou museus de grandes expressões. O que está em pauta é a relação da sociedade com o tempo e seu desembocar nos museus.

As discussões apresentadas acerca do museu e sociedade, para além das evidências colocadas, estão pautadas nos estudos de Hartog (2006, p. 265), que explica que o patrimônio indicia e espelha nossa relação com o tempo, são “formas diversas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo: como testemunham as incertezas ou uma ‘crise’ da ordem presente do tempo”. O patrimônio está atrelado a história, logo ao tempo, aqui entendido como estrutura intrínseca do conhecimento histórico. Portanto, torna-se uma categoria na compreensão do relacionamento das sociedades com as estruturas temporais. Ademais, sua apropriação em diferentes épocas demonstram características sociais. Segundo Hartog (2006, p. 272),

O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo.

Os sentidos atribuídos ao tempo interferem na leitura contemporânea do mundo, indicando como as diferentes sociedades lidam com ele. Os reflexos podem ser visualizados em variadas instâncias da vida. Hartog (1996, p. 1) explica que as experiências temporais, ou seja, as conexões estabelecidas entre passado, presente e futuro, são configurações intelectuais que “compõem apenas uma camada nas relações complexas e intrincadas para com o tempo mantidas por toda sociedade a cada momento”. Então, temos o tempo com um papel central na estruturação do pensamento para o entendimento dos acontecimentos e processos do mundo.

Na instauração dos primeiros museus no Brasil podemos observar a estruturação deles com base na historiografia da época e também com o tempo. Primeiramente temos uma visão iluminista e linear dos fatos na preservação da história nacional. Os museus carregaram a máxima “História como mestre da vida”, locais de guarda e ensinamento de um passado necessário para iluminar o presente e projetar o futuro. De certa maneira os gabinetes de curiosidade buscavam através da coleta dos objetos, as repostas e o conhecimento para a criação divina do mundo. A posse e controle dessas informações representavam poder e glória do que está para ser enfrentado. Exemplificando com o Museu Nacional/RJ, Schwartz (2013, p.133) o aponta como detentor de um ‘saber científico’ que ocupava um lugar privilegiado para definir os destinos da nação perante os debates acerca das raças e evolucionismo. Koselleck (2006) esclarece que a expressão perdurou durante anos como verdade e orientou os trabalhos dos historiadores: “as histórias eram fonte de exemplos para a vida” (p. 42). O passado nutria o presente de experimentações possíveis e compreensíveis dos homens. Dessa forma, a história era um instrumento de comprovação de doutrinas moralistas e religiosa conduzindo a um relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual dos contemporâneos e de seus posteriores.

O *topos* “História como mestre da vida”, das noções tradicionais historiográficas, dissolveu-se em partes com o advento da modernidade e do ceticismo. É preciso esclarecer junto a Hartog (1996a) que as configurações intelectuais que elucidam as experiências temporais não são únicas e estanques. Nesse aspecto o autor utiliza a noção de “regime de historicidade” para operar acerca dos modos de articulação do presente, do passado e do futuro de cada sociedade. Expressão que remete a pensar a relação estrita com o passado e mais profundamente “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana”. De maneira mais precisa e explicativa, nas palavras de Hartog (2006, p.263):

a noção devia poder fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes, mas também e mesmo antes, eu acrescentaria agora, para iluminar modos de relação ao tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo.

Koselleck (2006) desenvolveu no livro “Futuro Passado” a formação da experiência moderna do tempo com o deslocamento do futuro. Ao longo dos anos vamos observando a separação conceitual da natureza da história e o estabelecimento de um tempo determinado exclusivamente pela história, de caráter progressista. Começa a se instaurar a história moderna do progresso, na qual o passado perde força enquanto campo de ensinamento e é iluminado pelo futuro. A história passa a ser vista como um processo único culminando na ideia de um coletivo singular, identificou Koselleck (2016). Seu avanço reside na capacidade de ordenar as ações humanas num único sistema o que possibilitou impulsionar os acontecimentos que movimentam a vida. Segundo o autor, esse aspecto tem o caráter histórico e linguístico que desemboca na época das singularizações: histórias para história. Para Koselleck (2006) e Hartog (1996b) estávamos entrando num regime moderno de historicidade, na qual o progresso era a palavra norteadora, iniciado entre o fim do século XVIII e o início do século XIX.

Os museus brasileiros no século XX introjetaram a perspectiva de construção de um passado único, unificador e nacionalista objetivando a chegada de um futuro promissor, civilizado e impulsionado pela ideia de ordem e progresso. Com a aproximação das comemorações do centenário da independência do país (1922) sentiu-se a necessidade e importância de criação de espaços que valorizassem e afirmassem a memória e história do Brasil. Tendo em vista o projeto republicano, a ausência de instituições enaltecidas para a nação se fazia urgente. Nesse período esteve em discussão qual era a nacionalidade e identidade brasileira, mas sabiam do desejo de rompimento com o passado e a tradição portuguesa, com o objetivo de estabelecer uma cultura de vanguarda marcada por elementos caracteristicamente brasileiros. Sendo assim buscou-se uma ruptura com o antigo para a invenção de uma imagem moderna e progressista. A exaltação de heróis e batalhas revelam a luta nacionalista da república contra a monarquia, mas também a vontade de manter determinado vínculo com o passado e certas tradições, esclarece Costa (2011). A autora explica que no caso do Brasil não havia um consenso em torno da identidade, da definição e da síntese do que seria o nacional, ou seja, o movimento modernista era heterogêneo.

De qualquer modo, fundamentado em Hartog (1996a, p.2) “História é entendida como processo e Tempo como se direcionando a um fim (progressão)”. Esta é compreendida enquanto processo único, de uma narrativa uniforme. Visualiza-se uma quebra entre passado e presente sendo o primeiro visitado para o delineamento de previsões do futuro. Elucidando as diferenças das relações temporais, Hartog (1996b, p. 131):

Se ainda há uma lição da história, ela vem do futuro, e não mais do passado. Ela está em um futuro que deve vir a acontecer diferentemente do passado, enquanto a história magistra repousava sobre a ideia de que o futuro não repetia o passado, mas também nunca o excedia (movia-se no interior de um mesmo círculo, com as mesmas regras do jogo, a mesma Providência e os mesmos homens, partilhando a mesma natureza humana).

Entendendo regime de historicidade junto a Hartog (1996b, p.132) como um “quadro de pensamento de longa duração”, enfatiza-se que eles nunca existem em estado de pureza. A crise que o autor postula e data a partir de 1989 com a queda do Muro de Berlim não pode ser encarada como eixo fixo. Após esse evento marcante para a história mundial diferentes sintomas são sentidos com relação a ordem presente do tempo, sendo a memória e o patrimônio sinais dessa tensão que se formulava. Antes de adentrarmos, Hartog (1996b, p.152) esclarece:

Não o fim da história, mas hipoteticamente, fim ou quebra no regime moderno de historicidade. Depois de 1989, podemos apreender melhor as novas relações com o tempo que se procura. Fim não significa que não haja mais futuro, mas que se reconheça que, mais que nunca, ele é imprevisível (tanto quanto 1989 obriga a repensar o mundo e que as regras do jogo mudaram).

Os sentidos de tempo acionados hoje estão em consonância com que Hartog (2013) intitula de “crise do regime moderno de historicidade”, onde a perspectiva do presente aparece centralizado, na qual este se impõe como único horizonte possível e que valoriza apenas o imediatismo. O que entra em colapso são as formas de se relacionar com o tempo, são elas que sofrem mudanças. De acordo com autor (1996, p.02) “o fim deste regime moderno significaria que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se torna imprevisível ou mesmo opaco. Deve ser reaberto”. Chamado também de presentismo, essa crise,

pode, assim, ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais aceleração mobilidade, fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos. (HARTOG, 2013, p. 15)

Durante o regime moderno, segundo Koselleck (2006), o progresso foi sentido com as transformações aceleradas da ciência e o surgimento da indústria. A junção de mudanças bruscas e violentas, até então não experimentadas, tornam a aceleração e os avanços como vetores indicativos dessa época. Ocorre a desnaturalização do tempo que passa a ser medido por objetos (relógio) e marcado pelo trabalho, meios de produção. A emergência do presentismo de Hartog (2013) relaciona-se com a categoria de futurismo, na observação que havia algo de distinção no presente de agora. Espaço e tempo tornam-se estruturas alegóricas sendo o primeiro predominante, resultado da aceleração do segundo. O século XX com suas guerras e desastres ambientais colocaram dúvidas acerca do progresso do capitalismo e o mundo passou a questionar o tempo enquanto instrumento em si desse avanço que abalava o presente. O futuro glorioso vai perdendo lugar comparado ao presente, que se emponderava crescentemente. Porém, Hartog (1996a) ressalta que o presentismo não é um fenômeno novo, mas sim visualizamos um foco exponencial no presente ao longo do século passado no Ocidente.

O levantamento de tal discussão é cara dentro da temática do patrimônio e como ele vem sendo tratado nos últimos anos. Vivemos um tempo marcado pela supervalorização do passado e incertezas com relação ao futuro, caracterizado como sombrio. Essas classificações são o que qualificam o nosso presente e interferem na configuração do nosso quadro de inteligibilidade. Ou seja, como o passado, presente e futuro são relacionados, é o que vai dar significado e respostas aos fatos de cada contexto. Experienciamos os sintomas em diferentes instâncias da vida, principalmente a aceleração do tempo e a presença maciça do passado, uma particularidade da crise. Dosse (2012, p. 10) expõe sobre esse momento e nossa relação com as dimensões temporais:

Até então temos vivido com a ideia de um futuro certo, de uma incerteza do presente e da opacidade do passado. É isto que está mudando diante de nossos olhos. Há uma presença marcante do passado no espaço público, que

não é nova, mas que ganhou intensidade. Na atualidade, nós atravessamos uma grave crise de historicidade em função da crise da noção futuro. Noção de futuro que põe em questão a postura clássica do historiador como intermediário entre o passado e o devir. Essa mudança na nossa relação com o futuro, a crise de todas as escatologias e, assim, o colapso das teologias, tem o efeito de modificar nossa relação com o passado, abrindo-o sobre um presente exposto, em uma forma de presentismo.

### **A patrimonialização e o Museu do Amanhã**

A descrença no futuro deu lugar a preocupação de guardar e preservar tudo que pudesse nos redimir nas incertezas. Mas conservar o quê e quem? Essa massificação do presente revela-se inquieta “em busca de raízes, obcecado com a memória” explica Hartog (2006, p. 270). Como já mencionado, é nítido o aumento expressivo de lugares de memória, de construções de museus e tombamentos de locais de relevância cultural e histórica. Nora (1993) também descreveu um tempo marcado pelo presente e pelo ritmo acelerado das transformações dos processos históricos, que se voltou totalmente para a memória e seus métodos de suporte. Um tempo caracterizado como dever de memória. A necessidade de lugares de memória centra-se na própria falta da memória e de identidade. Mais também, uma separação entre passado e presente. Tal conjuntura revela a relação explícita com o tempo, sendo o patrimônio categoria chave de evidência da nova vida cultural e das políticas públicas. Na opinião de Hartog (2006, p. 271)

Se o patrimônio é doravante o que define o que nós somos hoje, o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na *aura* do dever da memória permanecerá um traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: uma certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo

Mas, essa crescente patrimonialização contemporânea tem características distintas de outros períodos devido a velocidade de sua projeção, a hegemonia do presente nesses espaços e o imperativo da aceleração do tempo enfatizando a rapidez dos processos. A agressividade do capitalismo, o desenvolvimento tecnológico e científico, o aumento da sociedade de consumo e o exercício da mídia diminuem cada vez mais a validade de tudo e todos. Nesse contexto os museus passam a abordar e dialogar com temáticas do tempo presente, não tanto preocupados em retratar o passado, haja vista que o futuro é ameaçador e nebuloso, causado por nós, da qual precisamos

reconhecer e evitá-lo. Valoriza-se o imediato e o agora, na criação diária de um passado e futuro que se precisa.

Outras problemáticas surgem relacionadas a essa experiência do tempo desordenado, como o meio ambiente e sua degradação. Hartog (2013) descreve essa preocupação que vai além da conservação e restauração dos patrimônios, abarcando a natureza, animais e modos de vida alternativos. As mudanças climáticas, a globalização e a descolonização incitaram questionamentos acerca dos limites ecológicos do capitalismo afetando diretamente, de maneira conturbada, nossas visões sobre passado, presente e futuro. Para Chakrabarty (2013) é evidente que esses motivos produzam ansiedades acerca de futuros imprevisíveis. Para ele essa discussão acerca da crise produz efeitos de saber sobre as dimensões temporais dentro do campo da compreensão histórica. Apesar de delinear essas configurações como produtos do capitalismo desenfreado e da ciência moderna, é preciso ressaltar o comportamento dos homens. Conforme o último autor (2013, p.15) referenciado: “essas consequências fazem sentido apenas se pensarmos nos seres humanos como uma forma de vida e olharmos para a história humana como parte da história da vida nesse planeta”. Não estamos desconectados, muito pelo contrário, e o Museu do Amanhã no Rio de Janeiro, destaca essa situação. Segundo sua descrição no *site*<sup>2</sup> “O Amanhã não é uma data no calendário, não é um lugar aonde vamos chegar. É uma construção da qual participamos todos, como pessoas, cidadãos, membros da espécie humana”.

O nome do museu já é por si só instigante: como é possível imaginar um espaço vinculado preconceituosamente de depósito de objetos velhos referenciar o amanhã? Inaugurado em 2015 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, tornou-se ícone da revitalização da zona Portuária da cidade. E sim, em seu interior explora as possibilidades de construção do futuro a partir do passado e do presente. O museu reconhece as intervenções do homem sobre o mundo minuciosamente, desde as moléculas da água até a poluição dos mares, enfatizando nossa responsabilidade e se propõe a refletir sobre que mundo desejamos construir para a espécie humana diante dos caminhos possíveis.

---

<sup>2</sup> Museu do Amanhã. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br>>. Acessado: 15 jan. 2018.

Durante a visita o público é questionado a todo o momento: De onde viemos? Quem somos? Onde estamos? Para onde vamos? Como queremos ir? Para isso, demonstra situações catastróficas em caso permaneçamos inertes na velocidade acelerada das transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o último século e marcam o vigente mais intensamente.

O Museu do Amanhã não possui acervo ou coleções. Baseado no conceito de museu experimental, onde a interatividade é o grande atrativo, sua exposição é construída pela tecnologia digital, muitos monitores e sensações visuais, olfativas e auditivas. A linguagem é outra, mais próxima do público jovem transformando-o em um museu de experiência. Dessa maneira, estruturou uma narrativa que conduz por cinco áreas: Cosmos, Terra, Antropoceno, Amanhãs e Nós. Em cada uma, somos levados a refletir sobre nossas origens no universo, a diversidade e conexão com a natureza, a força geológica humana, o mundo globalizado e conectado, e o chamamento para o entendimento de que as mudanças começam agora, sendo o presente lugar de ação. Ademais, elencou seis grandes tendências para os próximos cinquenta anos: mudanças climáticas; alteração da biodiversidade; crescimento da população e da longevidade; maior integração e diferenciação de culturas; avanço da tecnologia e expansão do conhecimento.

Gostaria de destacar a parte considerada central da exposição: Antropoceno. Situada na metade do trajeto, objetiva discutir a condição humana e a da Terra. Segundo definições do *site* oficial o termo foi formulado por Paul Crutzen, ganhador do Prêmio Nobel de Química de 1995. O prefixo grego “antropo” significa humano; e o sufixo “ceno” denota as eras geológicas. Nesse momento, discorre-se sobre a força exponencial da sociedade humana, de alcance inimaginável e que continua a crescer. Trata-se de esclarecer que estamos vivendo e aumentando num ritmo muito acelerado, mas que existem limites físicos e espaciais. Além de que, habitamos um único planeta onde as ações humanas afetam direta e indiretamente cada ser e região. Antropoceno é desenvolvido por Chakrabarty (2013) na designação da nova era geológica que estamos, na qual o homem deixou de ser um simples agente biológico para se tornar uma força geológica, principal determinante do ambiente do planeta. O aumento populacional,

aquecimento global, esgotamento de fontes naturais, extinção de espécies animais e vegetais incitaram indagações acerca dos limites do meio ambiente. Até então, pensava-se a Terra de perspectiva essencialista e atemporal. O alargamento dessa discussão é relevante, pois o que está em jogo é a permanência da vida humana terrena, ou seja, nossa sobrevivência. Chakrabarty (2013), assim como no museu, não releva a responsabilidade das atividades humanas, mas salienta que a transformação da situação será somente a partir das atitudes dos homens.

É verdade que os seres humanos nos tornamos agentes geológicos através de nossas próprias decisões. O Antropoceno, poder-se-ia dizer, é uma consequência não intencional das escolhas humanas. Mas também é claro que, para a humanidade, qualquer consideração sobre a saída desta nossa dificuldade atual não pode senão referir-se à ideia do exercício da razão na vida coletiva e global. (CHAKRABARTY, 2013, p.11).

Na avaliação da atualidade pelo Museu do Amanhã entraremos na era da extinção humana caso não mudemos hoje. Há uma nítida presença de abordagem do futuro, apresentado e sentido, através dos recursos tecnológicos utilizados, como ameaçador diante as crises citadas, que interferiram nas novas formas de concepção de tempo. De início, enxergamos o presentismo de Hartog, de um horizonte fechado, sem perspectivas, valendo apenas o agora. Mas, uma observação mais apurada revela possibilidades de ação e mudança no presente para a construção de um futuro melhor, carregando, portanto, traços do regime moderno. O visitante é interpelado pelos estragos causados pela ação humana, mas ao mesmo tempo, questionado sobre legado e atitudes para com as seguintes gerações.

Nossas ações, por menores que pareçam, são capazes de mudar o mundo. Se nos conectarmos com o planeta e uns com os outros em nossas diferenças, seremos uma ponte para um futuro sustentável. Está sempre amanhecendo, em algum lugar do planeta. Cada amanhecer é sempre o mesmo e também sempre diferente. Cada um de nós faz o seu Amanhã. E juntos fazemos o nosso – os Amanhãs que queremos<sup>3</sup>.

Propagando o discurso da sustentabilidade e da boa convivência delinea caminhos alternativos para o fim trágico da humanidade examinando, inclusive, fatos passados: consumo dos recursos, o tamanho da população e a desigualdade social.

---

<sup>3</sup> Site Museu do Amanhã.

Podemos pensar em nossos anseios como construções baseadas em experiências passadas. As referências para um futuro incerto partem de vivências e lições. Por meio de jogos, o público pode imaginar o desenvolvimento de uma civilização manuseando e controlando os fatores necessários para seu sucesso ou colapso. As suas escolhas são decisivas para o resultado final. Nesse sentido, os efeitos de infinitude e presença, tratados por Groys (2015), são visíveis na medida em que o primeiro é conjugado com o poder da imaginação, suscitada pelos museus. A produção do efeito infinito da realidade nesses lugares, diferente do contexto real finito vivido por nós, proporciona a criação de realmente algo novo. Sendo assim, o museu deixa de ser um espaço simplesmente de representação para produtor de presença, de parecer vivo. Groys (2015, p.46) afirma que “a vida parece verdadeiramente viva somente se olharmos da perspectiva do museu, pois, novamente, só nos museus somos capazes de produzir diferenças novas – diferenças além da diferença – diferenças, que estão surgindo aqui e agora”.

No Museu do Amanhã podemos visualizar o enquadramento das dimensões temporais passado, presente e futuro, de certa maneira confuso, reflexo da nossa contemporaneidade plural e complexa capaz de engendrar diferentes formas de relação com o tempo. A aceleração da atualidade desregularizou espaço e tempo ao ponto de mudar estruturas históricas, abaladas pela falta de categorias homogêneas e fixas. A coexistência de distintas temporalidades marca a política de tempo do século XXI, que se desdobra no arranjo das experiências da vida cotidiana. Os sintomas estão visíveis no mercado financeiro, na vida social, no mundo intelectual e nos modos de produção. Sharma (2014) afirma que estar no mesmo espaço não significa estar no mesmo tempo. Espaço igual com diferentes temporalidades qualificam a política de tempo e também o projeto de sociedade que se deseja construir.

Nessas considerações podemos encarar o mundo físico como uma “impressão” do mundo intelectual e engendrar formas de melhorias e subversão da ordem. Os museus, principalmente os de história, provocam acerca dos efeitos da temporalidade nas relações sociais, simultaneamente, que é afetado pelos regimes de historicidade. Enquanto equipamento social e de legitimação política, ele sofre as consequências das políticas de tempo ampliando seu significado para além de divertimento ou contação

histórias. Seu papel de preservação é claro, mas ainda é preciso considerar o canal comunicativo que estabelece com a população. Apesar de sua aparente estagnação é constantemente repensado e, em algumas ocasiões, atacado. No primeiro ano de atuação do Museu do Amanhã recebeu 1,4 milhões de pessoas, tornando-se o museu mais visitado do Brasil<sup>4</sup>. De fato, sua realização e formato são excepcionais, mas nem por isso descartável de análise. Seu impacto na comunidade e o surgimento de outros por aí a fora são indicativos de uma conjuntura. Não podendo dissociá-lo das transformações mundiais e tampouco negar as mudanças que se fizeram precisas, as instituições museais tornaram-se objetos interessantes para investigação das sociedades e sua organicidade.

#### Referências:

ALMEIDA, Adriana M.; VASCONCELLOS, Camilo de M.. Por que visitar museus? In: BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 104-116.

CHAKRABARTY, Dipesh. O Clima da História: quatro teses. **Sopro**, 91, jul., 2013.

COSTA, Julia Furia. O Debate da Identidade Nacional e os Museus Históricos, em 1920. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

GROYS, Boris. Sobre o novo. In: \_\_\_\_\_. **Arte, Poder**. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 37-59.

HARTOG, François. Regime de Historicidade. **Time, History and the Writing of History: the Order of Time**. KVHAA Konferenser 37: 95-113, Stockholm, 1996a.

\_\_\_\_\_. Tempo e História: “Como escrever a história da França hoje?”. **História Social**. Campinas: Unicamp, n. 3, 1996b, p. 127-154.

\_\_\_\_\_. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, n 36, Jul/Dez 2006, p.261-273.

\_\_\_\_\_. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

---

<sup>4</sup> “Em seu 1º ano, Museu do Amanhã se torna o mais visitado do país”. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/01/1854076-em-seu-1-ano-museu-do-amanha-se-torna-o-mais-visitado-do-pais.shtml>>

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a criação dos museus no Brasil. *In*: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 145 – 157.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. *In*: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 15 – 88.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, dez. 1993. p. 7-28.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades a história natural. *In*: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 159 – 170.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. N. 28, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-36.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Museu Imperial: a construção do Império pela República. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 115-135.

SHARMA, Sarah. Slow space. Another space and time. *In*:\_\_\_\_\_. **In the meantime**: Temporality and cultural politics. Londre: Duke University Press, 2014. p. 108-135.